

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: UM ESTUDO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Helen Gisaane de Oliveira Fraga¹, Antônio Ricardo Dantas Caffé² e Quelizete Alexandre³

¹ Bolsista do PET, Graduando do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: helengisaane.pet@gmail.com

² Orientador, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ricardo.caffe@gmail.com

³ Bolsista do PET, Graduanda do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: quelizetealexandre@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, gênero e RMS.

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho no espaço da produção material dos bens e serviços e da reprodução biológica dos homens, historicamente, resultou em uma diferenciação de gênero da qual a mulher sempre esteve em condições mais desfavoráveis que o homem.

Avaliar o modo de inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS) é uma das questões aqui enfocadas. Para tanto, são analisados indicadores de participação no mercado de trabalho, assim como o extrato de participação por profissões e de desemprego, visando analisar as condições precárias de trabalho para a mulher, com notável desigualdade em relação ao homem. A análise também demonstra que as condições de trabalho na RMS são das mais precárias entre as regiões metropolitanas do Brasil quando se trata do nível de desemprego.

A superação destas desigualdades está atrelada a própria melhoria das condições sociais do trabalho como um todo, além na ressignificação e negação do trabalho doméstico como um trabalho feminino.

METODOLOGIA

A questão da opressão das mulheres se insere na história da luta de classes e, por isto, a adoção metodológica se orienta na mesma perspectiva do materialismo histórico e dialético. Esta pesquisa está estruturada a partir da revisão bibliográfica de artigos, livros e outras fontes que abordam o tema.

Além disso, compõe-se de uma análise de dados secundários extraídos da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE, com tabulação do LAESER - Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais.

Essas bases forneceram dados sobre a participação na População Economicamente Ativa (PEA), a composição por ramo de atividade, a evolução do desemprego e a taxa de informalidade, no conjunto dos trabalhadores e sua distribuição por gênero na RMS, no Brasil e nas outras regiões metropolitanas.

DISCUSSÃO

As relações entre homens e mulheres se caracterizaram, ao longo da história, de maneiras diversas, a partir dos arranjos sociais e dos modos de produção predominantes de distintas épocas. A compreensão da historicidade das relações sociais demonstra que as

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

relações entre homens e mulheres se deram a partir de uma divisão sexual no espaço reprodutivo e no espaço da produção material dos bens.

O estabelecimento da família monogâmica como modelo de arranjo familiar dominante trouxe no seu bojo como obrigações da mulher a procriação e os cuidados do lar e do homem, provedor material da família. No seu livro *“A origem da família, da propriedade privada e do Estado”* (1982), Engels já apontava a diferença de sexos como o fundamento da vida social, afirmando que a primeira divisão de trabalho e a primeira oposição de classes estabeleciam-se, basicamente, entre homens e mulheres, uma vez que todas as relações sociais resultam de uma base material, dada pelo trabalho, e se expressam através da divisão social do trabalho entre os sexos.

Já na Idade Média, o trabalho desenvolvido pelos camponeses e servos compreendia uma designação prioritária dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, à execução das tarefas domésticas, ao cuidado da higiene e à alimentação de toda a família.

A Revolução Industrial, no século XVIII, origina o proletariado feminino, como resposta às mudanças do modo de produção. Dentre essas mudanças, observa-se a incorporação da mulher às fábricas, como mecanismo de aquisição de renda complementar para o suprimento familiar. Essa incorporação resultou em avanços que permitiram a inserção da mulher na esfera produtiva. Entretanto esta inserção da mulher no mundo do trabalho foi precária, tanto porque a mulher não abandonou as atividades relacionadas à manutenção do lar e a reprodução, quanto porque as condições de trabalho implicavam diretamente em uma jornada maior, condições de trabalho piores, remunerações menores, discriminação, entre outros.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu de modo a reproduzir as mesmas desigualdades do âmbito familiar.

No decorrer do último século, a participação da mulher no mercado de trabalho foi expressiva e, desde então, acompanha um crescimento regular. Entretanto, os postos de trabalho que as mulheres passaram a ocupar localizam-se em áreas mais tradicionalmente ligadas à atividades desenvolvidas no âmbito familiar, como: funções de cuidados da saúde; dos serviços de limpeza; dos serviços relacionados à educação de crianças; ao cuidado dos idosos; no trabalho social; atividades agrícolas; entre outras. Apesar da crescente participação, a mulher não abandonou as tarefas relacionadas à manutenção do lar, o que redonda em uma dupla jornada de trabalho, ou até tripla, quando se tem que cuidar dos filhos.

Esta forma de inserção não é aleatória e reflete as consequências de um tipo de feminilidade, imposta historicamente às mulheres, e reproduzida no tipo de educação destinado a formação das crianças.

Cabe ressaltar, que no marco do surgimento do capitalismo, a manutenção da família nuclear e monogâmica representa, necessariamente, a consolidação e reprodução deste sistema. Tanto que o modo preponderante de inserção das mulheres em trabalhos mal remunerados reflete como o sistema capitalista se apropria do trabalho feminino e de como rebaixa o nível dos salários em geral. A este respeito, Cláudia Mazzei Nogueira (2004) pondera que é imprescindível para o capital diminuir os gastos com a reprodução da força de trabalho e o faz através da diminuição dos valores dos salários, da força de trabalho feminina principalmente, pelas relações de poder entre os sexos, no seio da família patriarcal.

Estes são alguns mecanismos de controle da exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e das mulheres em particular, que favorecem os trabalhadores do sexo masculino reforçando as desigualdades entre homens e mulheres.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Na Região Metropolitana de Salvador – RMS, assim como em outras regiões metropolitanas do Brasil, também se evidencia as desigualdades nas relações de gênero. Os dados conseguem demonstrar como estas relações se dão no mundo do trabalho, e refletem, conseqüentemente, o nível de evolução, quanto a mudanças na estrutura das relações familiares.

No Brasil, apesar das peculiaridades das regiões, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é crescente e homogênea. Também é significativa a importância das mulheres no conjunto da PEA¹. Em todas as regiões, as mulheres correspondem a mais de 40% da PEA, o que demonstra uma evolução da participação destas na esfera produtiva. Além disso, a participação na PEA não desonera a mulher dos trabalhos domésticos, o que reflete uma sobrecarga de trabalho.

A PEA feminina das regiões Sul e Sudeste, mais desenvolvidas economicamente, é mais elevada. Isto pode demonstrar que, nas outras regiões, uma parcela da população das mulheres está ausente das estatísticas, embora trabalhem, porque o fazem em atividades consideradas não-econômicas², que inclui os trabalhos domésticos, os cuidados das crianças, de idosos e doentes, além de outras atividades que complementam a manutenção das famílias.

Além da participação no mercado de trabalho, verificam-se desigualdades de gênero no que tange à composição por profissões. A composição feminina é predominante nas atividades de prestação de serviços. Para tal evidência tomam-se os extratos da composição por profissões na RMS que mostram, particularmente, uma taxa de participação maior nos serviços domésticos, chegando em alguns anos a representar cerca de 25% da força total de trabalho feminino (LAESER, 2000). Dentro desta participação, observa-se a preponderância de mulheres sem carteira de trabalho. Isto evidencia precarização do trabalho mediante o não acesso das mulheres a seus direitos trabalhistas.

Neste sentido, mais do que uma relação entre os dois sexos, examinam-se as relações de gênero no espaço doméstico, que passam a englobar, também, as diferenças no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a taxa de desemprego, que além de apresentar uma grande parcela da população à margem do sistema produtivo econômico, no caso da RMS ela é a mais expressiva que nas outras regiões, com períodos em que a taxa beira aos 24% da população feminina (LAESER, 2000). Estes dados são importantes, pois as taxas de desemprego representam, também, o aumento do número de trabalhadoras que são atiradas à informalidade. Além disso, evidencia a expressão da “intensificação da exploração e da miséria da classe trabalhadora, uma vez que os salários são determinados justamente pela relação entre os trabalhadores ativos e os de reserva, gerando uma competição ininterrupta pelo excedente constante de trabalhadores” (Nogueira, 2004, p. 143). Portanto, no caso das mulheres, uma menor taxa da formalidade corresponde, também, a uma maior pressão sobre as trabalhadoras que conseguem se inserir no mercado de trabalho.

A existência de uma desigualdade, que sustenta a relação entre trabalho, produção, reprodução e gênero, repercute nos referidos indicadores e apontam a necessidade de mudanças estruturais, quando se pensa na questão da emancipação da mulher, para a superação das desigualdades que caracterizam a sociedade.

¹ A classificação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) inclui na PEA os trabalhadores ocupados e desocupados. Os ocupados são considerados aqueles que ocupam os postos de trabalho no setor formal e informal e os desocupados são os que estão a procura de trabalho no período em que a pesquisa é feita.

² Os estudantes, os idosos, aqueles ou aquelas que se dedicam a atividades domésticas, entre outros, são inclusos na PIA – População Economicamente Inativa.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados demonstra que a divisão sexual do trabalho, tanto na produção de bens e serviço, quanto a reprodução dos seres humanos, é desigual com nítida subalternidade da mulher. Entretanto, mais que o reconhecimento único de que a divisão sexual do trabalho é desfavorável à mulher, se pretende demonstrar que existe uma forte precarização do trabalho sobre os dois gêneros. No caso da mulher, as repercussões dos valores patriarcais tornam mais precárias estas relações.

A RMS, como as outras regiões metropolitanas no Brasil, apresenta ainda uma estrutura desfavorável adicional para mulher em relação ao homem com relação à inserção, a participação por profissões, ao nível de formalidade e à garantia dos direitos sociais.

Acredita-se que as formas de alterar esta estrutura perpassam tanto pela educação, como pela tomada de consciência, no sentido da resignificação dos valores que associam trabalho doméstico ao trabalho feminino.

Deve-se privilegiar uma divisão do trabalho doméstico mais equitativa, acompanhada por modificações nos modos de arranjos familiares e de sua reprodução, em que a luta pela igualdade entre homens e mulheres também represente a luta pela emancipação de toda a classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS F. 1982. A origem da família da propriedade privada e do Estado. 3. Ed. São Paulo: Global.

LAESER (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais). 2000. Fichário das Desigualdades Raciais. Disponível em <<http://www.laeser.ie.ufrj.br/>>. Acesso em 23 de junho, 19:00:00.

MÉSZÁROS I. 2002. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. da UNICAMP: Boitempo, p.267-309.

NOGUEIRA C M. 2004. O Trabalho Duplicado. São Paulo, Expressão Popular.